



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04

INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Nova Olímpia

Lei Municipal Nº 1.268, de 19 de Junho de 2015.

Nova Olímpia

Junho de 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04
INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

Tipo de Relatório: de Monitoramento e Avaliação **Comissão Coordenadora – Portaria N° 043/2022**

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular - Nágila Aparecida Baraldi Dedino

Suplente - Gisele Garcia Pessanha

Representante do Poder Legislativo

Titular - Eneias Pires Coelho

Suplente - Maria Maciel de Lima Griffó

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular - Vilma da Silva Maciel Barbim

Suplente - Maria Cristina Guadagnini Pereira



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04

INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

Equipe Técnica

Representante da modalidade de Educação Infantil

Titular – Sandra Aparecida Nunes

Suplente – Silvana de Moura Leite

Representante da modalidade de Ensino Fundamental I

Titular – Geovania Aparecida dos Santos

Suplente – Jaqueline Aparecida Esperandio Squinca

Representante da modalidade de Ensino Fundamental II

Titular – Priscilla Loureiro Ortiz

Suplente – Gislene Aparecida dos Santos Guedes

Representante da modalidade do Ensino Médio

Titular – Maria Rosa Andrade

Suplente – Sônia Regina Alves

Representante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04

INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

Titular – Cristiana Aparecida Rodrigues Santos Tarini

Suplente – Simara Cristina Aderaldo Peres

Representante da modalidade Educação Especial – APAE

Titular – Rosana Aparecida Domingos

Suplente – Janete Garibaldi Campos

Representante da Sociedade Civil – APMF

Titular – Isabel Satiko Oshima

Suplente – Evandro Aurelio de Oliveira

Representante do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal

Titular – Dirlei Trajano de Vargas

Suplente – Mariana Previatti Dias

Representante do Conselho Municipal do FUNDEB

Titular – Helena Flores Ladeira

Suplente – Thaiana de Oliveira



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04

INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

Representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE

Titular – Patrícia dos Santos

Suplente – Geni Brito



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04
INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO	
META 1.....	08
META 2.....	14
META 3.....	19
META 4.....	25
META 5.....	33
META 6.....	37
META 7.....	40
META 8.....	46
META 9.....	49
META 10.....	52
META 11.....	54
META 12.....	56
META 13.....	59
META 14.....	60
META 15.....	62
META 16.....	64
META 17.....	67
META 18.....	69



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná - CNPJ – 75.799.577/0001-04

INVISTA EM NOVA OLÍMPIA, DÁ CERTO - Administração 2021/2024

META 19.....	74
META 20.....	78

APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Federal nº13.005/2014) e com o Plano Estadual de Educação (PEE, Lei Estadual nº 18.479 de 24 de junho de 2015, a lei do Plano Municipal de Educação de Nova Olímpia Lei Nº 1.268 de 19 de Junho de 2015 ressalta a necessidade de seu monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

O presente relatório trata do período compreendido entre fevereiro a dezembro de 2021 e, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no “Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação” (disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF).

1 COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

1.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 1 A Nacional	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche																	
Indicador 1A Proposto	Proporção de pessoas de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola																	
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 4 e 5 anos que estão matriculadas na pré-escola no município. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária																	
Fórmula de cálculo	$(\text{Número de pessoas de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola} / \text{Número total de pessoas de 4 e 5 anos}) \times 100$																	
Unidade de medida	% de pessoas.																	
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Variável</th> <th>Fontes</th> <th>instituições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>População total de 4 e 5 anos de idade</td> <td>Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)</td> <td>IPARDES</td> </tr> <tr> <td>CO_MUNICIPIO</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> <tr> <td>CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> <tr> <td>(variável derivada de pessoas com 4 e 5 anos de idade em 31 de março)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> </tbody> </table>			Variável	Fontes	instituições	População total de 4 e 5 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES	CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP	CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP	(variável derivada de pessoas com 4 e 5 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP
Variável	Fontes	instituições																
População total de 4 e 5 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES																
CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP																
CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP																
(variável derivada de pessoas com 4 e 5 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP																
Níveis de desagregação	Estado e município																	
Periodicidade de atualização	anual																	

Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável (CO_PESSOA_FISICA), isto é, o código do aluno. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar cobertura acima de 100%. No entanto essa variável é de preenchimento obrigatório, enquanto a variável de endereço de residência do estudante (CO_MUNICIPIO_END), cuja opção foi não ser utilizada nesse cálculo, não é preenchida em um número elevado de casos: por exemplo, sem preenchimento em 19% dos casos em 2015 e 18,7% em 2016; d) A "variável derivada", calculada pelo IPARDES com base nos dados do INEP, utiliza idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados, por causa da opção pela adoção da data limite para computo da idade do aluno completa até 31 de março de cada ano, mesma opção do INEP, ao invés da data nascimento.
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.

Indicador 1 B Nacional	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche											
Indicador 1 B proposto	Proporção de pessoas de 0 a 3 anos matriculada em creche											
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em creche no município. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.											
Fórmula de cálculo	$(\text{Número de pessoas de 0 a 3 anos matriculadas em creche} / \text{Número total de pessoas de 0 a 3 anos}) \times 100$											
Unidade de medida	% de pessoas											
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	<table border="1" data-bbox="1070 1042 1933 1313"> <thead> <tr> <th data-bbox="1070 1042 1417 1077">Variável</th> <th data-bbox="1417 1042 1648 1077">Fontes</th> <th data-bbox="1648 1042 1933 1077">instituições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="1070 1077 1417 1283">População total de 0 a 3 anos de idade</td> <td data-bbox="1417 1077 1648 1283">Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)</td> <td data-bbox="1648 1077 1933 1283">IPARDES</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1070 1283 1417 1313">CO_MUNICIPIO</td> <td data-bbox="1417 1283 1648 1313">Censo escolar</td> <td data-bbox="1648 1283 1933 1313">INEP</td> </tr> </tbody> </table>			Variável	Fontes	instituições	População total de 0 a 3 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES	CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP
Variável	Fontes	instituições										
População total de 0 a 3 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES										
CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP										

	<table border="1"> <tr> <td>CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> <tr> <td>(variável derivada de pessoas com 0 a 3 anos de idade em 31 de março)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> </table>	CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP	(variável derivada de pessoas com 0 a 3 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP
CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP					
(variável derivada de pessoas com 0 a 3 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP					
Níveis de desagregação	Estado e município						
Periodicidade de atualização	Anual						
Desvantagens	<p>a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável (CO_PESSOA_FISICA), isto é, o código do aluno. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100%. No entanto essa variável é de preenchimento obrigatório, enquanto a variável de endereço de residência do estudante (CO_MUNICIPIO_END), cuja opção foi não ser utilizada nesse cálculo, não é preenchida em um número elevado de casos: por exemplo, sem preenchimento em 19% dos casos em 2015 e 18,7% em 2016; d) A "variável derivada", calculada pelo IPARDES com base nos dados do INEP, utiliza idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados, por causa da opção pela adoção da data limite para computo da idade do aluno completa até 31 de março de cada ano, mesma opção do INEP, ao invés da data nascimento.</p>						
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.						

1.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 1 A	70,8%	72,5%	60,4%	75,8%	10,5%	107,2%	88,8%
Indicador 1 B	41,0%	57,6%	68,9%	54,0%	53,3%	51,4%	47,1%

Fonte: IPARDES - Projeção da População dos Municípios do Paraná - Revisão 2018 (Tabulações Especiais PNE)

Fonte: INEP - Censo Escolar Educação Básica

1.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
1.1 - Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.	Em desenvolvimento	O município tem suas iniciativas cadastradas no PAR para aquisição de equipamentos e de ampliação da oferta conforme a demanda. Bem como investimentos com recursos próprios e de demais fontes da educação.
1.2- Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a estrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade de empregados na creche e na pré-escola.	Em desenvolvemos	As avaliações são realizadas de forma periódica com o intuito de atender as exigências dos órgãos fiscalizadores e proporcionar segurança e condição de trabalho a comunidade escolar.
1.3 -Estimular a oferta de matrículas gratuitas em creche por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação.	Concluída	O município não tem entidade conveniada, atende a demanda com intuições municipais e até dezembro de 2021, ano letivo analisado por esse relatório, não tinha demanda reprimida.
1.4- Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.	Concluída	É ofertado formação continuada aos profissionais do magistério na semana pedagógica e nos dias de estudo e planejamento. Também há incentivo de participação em cursos ofertados por outras instituições de ensino.
1.5- Estimular a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para a educação infantil de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de quatro e cinco anos.	Concluída	O município incentiva a participação em cursos de pós-graduação na área de atuação com elevação na carreira.
1.6- Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial, limitando a nucleação das escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.	Concluída	Devido a baixa demanda os estudantes da Educação Infantil do município são atendidas no CMEI Urbano. A partir de três anos é oferecido o transporte escolar.

1.7 - Respeitar a opção dos povos indígenas quanto à oferta da educação infantil por meio de mecanismos de consulta prévia e informada.	Não iniciada	A estratégia não foi iniciada devido não haver população indígena que demande da modalidade, porém tem seu currículo preparado para oferta em caso de demanda.
1.8 - Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil	Concluída	Os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação são atendidos de forma regular e em salas de recursos multifuncionais.
1.9 – Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	Concluída	As metas para expansão da oferta na educação infantil estão previstas no Plano Municipal de Educação e no planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação.
1.10 - Ofertar anualmente palestras, cursos, fóruns e plenárias para discutir e analisar com as famílias as questões relativas ao trabalho desenvolvido na rede municipal de forma a integrá-los no processo pedagógico.	Concluída	As Unidades educacionais mantêm o diálogo com a família por meio da APMF, de reuniões periódicas.
1.11 - Acompanhar e avaliar periodicamente o trabalho desenvolvido nas instituições, oferecendo-lhes espaços para discussão e reflexão, subsídios teóricos e práticos.	Concluída	A avaliação do trabalho desenvolvido nas instituições é realizada de forma sistemática e acompanhada pelos conselhos. (escolar, Fundeb, de alimentação e de transporte).
1.12 - Elaborar instrumento de acompanhamento sistemático da Secretaria Municipal da Educação com base nas propostas das unidades escolares, a fim de suprir as necessidades das instituições no que se refere à estrutura, saúde, material de apoio e formação continuada dos profissionais.	Em andamento	A SME faz o acompanhamento por meio de reuniões, pedido de material e ofícios com as demandas. Vem elaborando instrumentos que facilitem a análise e sistematização das necessidades, mas ainda não está implantado.
1.13 - Contemplar, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil, respeitando as características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo.	Concluído	As unidades de educação infantil atendem os critérios exigidos pelos órgãos fiscalizadores para o seu devido funcionamento.

1.14 - Articular com os postos de saúde já existentes e próximos às instituições de educação infantil atendimentos de cuidados básicos e primeiros socorros às crianças.	Concluído	As unidades educacionais do município atuam de forma articulada com os órgãos de saúde para o atendimento dos estudantes.
1.15 – Admitir somente novos profissionais na educação infantil, através de concursos com escolaridade mínima em nível superior, conforme a necessidade da vaga, a partir da vigência deste plano. .	Concluída	Os profissionais que atuam na Educação Infantil do Município são contratados por meio de concurso público com exigência de escolaridade mínima em nível superior.
1.16 - Garantir uma coordenação pedagógica em cada unidade de educação infantil, sendo a mesma com formação em nível superior correspondente a exigência da vaga...	Concluída	Todas as Unidades Escolares do município contam com uma coordenação pedagógica.
1.17 - Criar nos centros educação infantil, espaços que facilitem o trabalho de incentivo à leitura, preferencialmente com bibliotecas.	Concluído	Os espaços de leituras são criados dentro do CMEI, porém conforme análise da prática, não há a necessidade de uma biblioteca para essa faixa etária e sim de vários espaços que proporcione o acesso as obras literárias.
1.18 - Realizar estudos sobre custo da educação infantil visando garantir a permanência, adequação e ampliação de padrões de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas) públicas e privadas, assegurando inclusive o atendimento de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.	Concluído	Os Centros Municipais de Educação Infantil atendem dentro dos padrões de infraestrutura exigido, de forma que garanta o a acessibilidade dos estudantes com necessidades especiais.
1.19 - Aprimorar o sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, (realizado pela Secretaria Municipal de Educação e também pelo Núcleo Regional de Ensino) dos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino.	Concluído	A supervisão para o funcionamento dos CEMEIS dentro dos padrões exigidos é realizada de forma periódica pelo Núcleo Regional de Educação e supervisionada sistematicamente pela Secretaria Municipal de Educação.
1.20 – Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o	Concluído	A secretaria de educação atua em parceria com as demais secretarias e toda rede de proteção da criança, para busca e permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Atualmente não há critério estabelecido devido o atendimento integral da demanda.

atendimento da demanda manifesta, bem como estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição do quantitativo da demanda e promover programas de orientação e apoio às famílias, com foco no desenvolvimento integral dessas crianças.		
---	--	--

1.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O município tem se esforçado para atender a população da etapa da Educação Infantil, atualmente toda a demanda e suprida.

2 COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

2.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 2 A Nacional	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)		
Indicador 2 A proposto	Proporção de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular		
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar no município na faixa etária.		
Fórmula de cálculo	$(\text{Número de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular} / \text{Número total de pessoas de 6 a 14 anos}) \times 100$		
Unidade de medida	% de pessoas.		
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	Variável	Fontes	instituições
	População total de 6 a 14 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios	IPARDES

		Paranaenses (revisão 2018)	
	CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP
	CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP
	(variável derivada de pessoas com 6 a 14 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP
Níveis de desagregação	Estado e município		
Periodicidade de atualização	Anual		
Desvantagens	<p>a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) Não mensura escolarização líquida, apenas cobertura de matriculados na faixa etária especificada (ausência de dados anual para os que abandonaram a escola). d) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável (CO_PESSOA_FISICA), isto é, o código do aluno. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100%. No entanto essa variável é de preenchimento obrigatório, enquanto a variável de endereço de residência do estudante (CO_MUNICIPIO_END), cuja opção foi não ser utilizada nesse cálculo, não é preenchida em um número elevado de casos: por exemplo, sem preenchimento em 19% dos casos em 2015 e 18,7% em 2016; e) A "variável derivada", calculada pelo IPARDES com base nos dados do INEP, utiliza idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados, por causa da opção pela adoção da data limite para computo da idade do aluno completa até 31 de março de cada ano, mesma opção do INEP, ao invés da data nascimento..</p>		
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.		
Indicador 2 B Nacional	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.		
Indicador 2 B Proposto	Nenhum		
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{População de 16 anos com o ensino fundamental concluído}}{\text{População de 16 anos}} \right) \times 100$		

Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe todas as pessoas com EF concluído e que estejam dentro ou fora da escola.
---------------	---

2.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 2 A	104,2%	147,3%	150,2%	108,0%	108,0%	106,4%	108,4%

Fonte: IPARDES - Projeção da População dos Municípios do Paraná - Revisão 2018 (Tabulações Especiais PNE)

Fonte: INEP - Censo Escolar Educação Básica

2.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a estratégia)
2.1- Implementar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão, priorizando os estudantes defasados, considerando as especificidades dos segmentos populacionais, buscando eliminar gradativamente a evasão escolar reduzindo em 100% nos próximos dez anos.	Em andamento	Essa é uma etapa do ensino que exige acompanhamento para permanência do estudante. A suspensão do ensino presencial nos anos de 2020 e 2021 interrompeu as atividades de complementação do ensino regular, mas novas estratégias estão sendo elaboradas para ofertar aos estudantes com dificuldade de aprendizagem, bem como programas especiais para diminuir a distorção idade série, um dos indicadores para o abandono escolar.
2.2 - Fortalecer acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivo de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.	Em andamento	O trabalho de acompanhamento dos estudantes pertencentes aos programas de transferência de renda é realizado em parceria com a Assistência Social de forma sistemática.
2.3- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola com o apoio dos órgãos públicos, de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, com o objetivo de sanar a evasão escolar no ensino fundamental.	Em andamento	A busca ativa escolar acontece por meio da rede de proteção e de forma articulada com a comunidade escolar. O município aderiu ao programa SERP - Sistema Educacional da Rede de Proteção, ofertado pelo Governo Estadual, o que irá melhorar ainda mais as ações.
2.4- Ampliar programa de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com os objetivos de	Concluído	O transporte aos estudantes do campo é garantido com frota própria para toda etapa da Educação Básica.

renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzirem a evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte entrecampo, cabendo aos sistemas estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamentos a partir de suas realidades.		
2.5 - Manter programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.	Em andamento	Devido a baixa demanda, atualmente, não há escola do campo. Todos os estudantes são atendidos nas escolas urbanas por meio do transporte escolar.
2.6- Apoiar programas de formação especializado, de produção de material didático e de desenvolvimento de currículos e programas específicos para a educação escolar nas escolas de campo e comunidades indígenas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, conforme demanda.	Em andamento	A SME adere as formações ofertadas pelo estado e União, a fim de manter a formação dos professores que atuam na escola do campo. O currículo é contemplado as especificidades desta modalidade de ensino.
2.7 – Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas de cada região.	Concluído	O calendário escolar segue o calendário estabelecido pela SEED e é devidamente adequado as condições do município.
2.8 - Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas e culturais nas escolas, oferecendo incentivo aos estudantes através de concursos, festivais e campeonatos.	Em andamento	São oferecidas atividades extracurriculares nas unidades escolares e demais espaços da cidade com ações promovidas pelas secretarias de esporte e cultura, porém é preciso ampliar as modalidades para atrair mais estudantes.
2.9 - Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógicas das tecnologias da informação e da comunicação.	Em andamento	Atualmente os investimentos foram focados na melhoria do acesso a rede mundial de computadores, ainda é preciso mais investimentos em equipamentos e programas para aumentar a relação computadores/estudante.

2.10 - Definir a expectativa de aprendizagem, para todos os anos do ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares.	Concluída	Com a BNCC os currículos e os PPP foram adequados em todas as etapas para atender a expectativa de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica.
2.11 - Garantir a oferta do ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos, promovendo ações articuladas com as políticas públicas, buscando aprimorar os padrões mínimos de qualidade, com recursos pedagógicos adequados ao processo de ensino aprendizagem, equipamentos de tecnologia avançados, saúde e assistência social, atendimento psicológico, atividades esportivas e culturais e profissionais com formação adequada garantida em legislação própria (LDB , Lei nº 9394/96) .	Concluído	Todas as etapas do Ensino Fundamental de nove anos são ofertadas pelo município de Nova Olimpia.
2.12 - Organizar chamada pública de crianças e adolescentes fora da escola, com o apoio dos órgãos públicos, de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, com o objetivo de sanar a evasão escolar nos cinco primeiros anos na educação básica fundamental.	Concluído	A busca ativa dos estudantes em idade escolar obrigatória acontece de forma sistemática pela rede de proteção.
2.13 - Apoiar as unidades escolares e sua gestão mediante transferência direta de recursos financeiros, permitindo e garantindo a participação de forma democrática da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão.	Concluída	Os recursos da educação são acompanhados pelo conselho do FUNDEB e é dado publicidade pelo portal transparência.
2.14 - Garantir a oferta de alimentação saudável firmando parceria com o Estado e a União assegurando uma infraestrutura escolar adequada, nos padrões de exigência da vigilância sanitária e com a presença de nutricionista devidamente cadastrada na educação do município.	Concluído	A alimentação escolar é garantida por meio da merenda escolar. A gestão dos recursos é feita pelo conselho de alimentação escolar.
2.15 - Fazer mapeamentos e tabelas estatísticas para verificar porcentagem de crianças da escola, por setores,	Concluído	O mapeamento é feito por meio do censo escolar realizado anualmente.

visando localizar a demanda e universalizar a oferta dos cinco primeiros anos de ensino obrigatório de qualidade.		
2.16 -Garantir a oferta de água tratada e saneamento básico, energia elétrica, bibliotecas, espaços para a prática de esportes, bens culturais e à arte, equipamentos e laboratórios de ciências, rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, visando atender o aluno, professores e a comunidade escolar, num trabalho integrado Estado/Município.	Em andamento	Todas as unidades são constituídas de saneamento básico, energia elétrica e infraestrutura física essenciais para o seu funcionamento. É preciso melhorar as bibliotecas, laboratórios e equipamentos.
2.17 - Realizar um trabalho de integração entre a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, da Escola Municipal e da Escola Estadual, visando a elaboração de uma proposta pedagógica contínua, integrando os anos iniciais com os anos finais do ensino fundamental	Em andamento	O município aderiu aos programas do Governo do Estado que fornece subsídio para o trabalho em conjunto na transição dos estudantes do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II.

2.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Conforme dados do IPARDES o município atingiu a meta com relação ao percentual da população que frequenta a etapa do Ensino Fundamental. Ainda é preciso avançar em programas de contraturno escolar que proporcione o desenvolvimento integral dos estudantes e na melhoria dos espaços escolares.

3 COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

3.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 3 A Nacional	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.
Indicador 3 A proposto	Proporção de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas na escola.
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar município na faixa etária.

Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas na escola / Número total de pessoas de 15 a 17 anos) X 100															
Unidade de medida	% de pessoas.															
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Variável</th> <th>Fontes</th> <th>Instituições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>População total de 15 a 17 anos de idade</td> <td>Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)</td> <td>IPARDES</td> </tr> <tr> <td>CO_MUNICIPIO</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> <tr> <td>CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> <tr> <td>(variável derivada de pessoas com 15 a 17 anos de idade em 31 de março)</td> <td>Censo escolar</td> <td>INEP</td> </tr> </tbody> </table>	Variável	Fontes	Instituições	População total de 15 a 17 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES	CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP	CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP	(variável derivada de pessoas com 15 a 17 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP
Variável	Fontes	Instituições														
População total de 15 a 17 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES														
CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP														
CO_PESSOA_FISICA (código do aluno)	Censo escolar	INEP														
(variável derivada de pessoas com 15 a 17 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP														
Níveis de desagregação	Estado e município															
Periodicidade de atualização	Anual															
Desvantagens	<p>a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) Não mensura escolarização, apenas cobertura de matriculados na faixa etária especificada (ausência de dados anual para os que abandonaram a escola). d) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável (CO_PESSOA_FISICA), isto é, o código do aluno. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar cobertura acima de 100%. No entanto essa variável é de preenchimento obrigatório, enquanto a variável de endereço de residência do estudante (CO_MUNICIPIO_END), cuja opção foi não ser utilizada nesse cálculo, não é preenchida em um número elevado de casos: por exemplo, sem preenchimento em 19% dos casos em 2015 e 18,7% em 2016; e) A "variável derivada", calculada pelo IPARDES com base nos dados do INEP, utiliza idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados, por causa da opção pela adoção da data limite para computo da idade do aluno completa até 31 de março de cada ano, mesma opção do INEP, ao invés da data nascimento.</p>															

Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.		
Indicador 3 B nacional	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa		
Indicador 3 B proposto	Proporção de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio		
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município no Ensino Médio Regular. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.		
Fórmula de cálculo	$(\text{Número de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio Regular} / \text{Número total de pessoas de 15 a 17 anos}) \times 100$		
Unidade de medida	% de pessoas.		
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	Variável	Fontes	Instituições
	População total de 15 a 17 anos de idade	Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2018)	IPARDES
	CO_MUNICIPIO	Censo escolar	INEP
	CO_PESSOA_FISICA (código do aluno) (variável derivada de pessoas com 15 a 17 anos de idade em 31 de março)	Censo escolar	INEP
Níveis de desagregação	Estado e município		
Periodicidade de atualização	Anual		
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) Não mensura escolarização, apenas cobertura de matriculados na faixa etária especificada (ausência de dados anual para os que abandonaram a escola). d) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável (CO_PESSOA_FISICA), isto é, o código do aluno. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar cobertura acima de 100%. No entanto essa variável é de preenchimento obrigatório, enquanto a variável		

	de endereço de residência do estudante (CO_MUNICIPIO_END), cuja opção foi não ser utilizada nesse cálculo, não é preenchida em um número elevado de casos: por exemplo, sem preenchimento em 19% dos casos em 2015 e 18,7% em 2016; e) A "variável derivada", calculada pelo IPARDES com base nos dados do INEP, utiliza idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados, por causa da opção pela adoção da data limite para computo da idade do aluno completa até 31 de março de cada ano, mesma opção do INEP, ao invés da data nascimento.
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.

3.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 3A	88,9%	97,8%	95,7%	87,0%	97,9%	93,5%	104,0%
Indicador 3B	65,0%	75,7%	72,8%	62,6%	70,8%	79,3%	86,7%

Fonte: IPARDES - Projeção da População dos Municípios do Paraná - Revisão 2018 (Tabulações Especiais PNE)

Fonte: INEP - Censo Escolar Educação Básica

3.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
3.1- Ofertar e garantir a alfabetização de Jovens e Adultos, na rede municipal de ensino junto ao estado, a implementação do Ensino Médio integrado à educação profissional observando-se as peculiaridades da população do município.	Concluída	O município oferta a modalidade de EJA Educação de Jovens e Adultos em todas as etapas da Educação Básica. Quanto a integração à educação profissional tem o curso técnico em administração.
3.2- Desenvolver política com ações que assegurem o direito ao acesso e a permanência do aluno da EJA na escola, estabelecendo mecanismos preventivos à evasão, ofertando vagas nos períodos diurnos e noturnos.	Em andamento	A Educação de Jovens e Adultos é distribuída nos turnos conforme demanda. Não há todas as etapas nos três turnos por falta de demanda.

3.3- Promover em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e a juventude.	Em andamento	O programa busca ativa escolar está sendo implantado no município. A busca por Estudantes dessa faixa etária acontece por meio de campanhas educativas e de incentivo ao estudo.
3.4- Fomentar, junto ao Estado programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	Em andamento	Atualmente é ofertado pelas Escolas do Estado o Projeto AETE, mas é preciso ter mais ações de contraturno escolar para reter os estudantes, assim como oferecer projetos de cultura e esporte que atraia os estudantes evadidos. Essa é uma estratégia que precisa ser melhorada.
3.5- Ampliar a oferta da modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos, oportunizando a participação no ENEM visando o acesso ao ensino superior.	Concluída	O município incentiva a participação no ENEM e viabiliza transporte para os locais das provas.
3.6- Acompanhar em consonância com o Estado a institucionalização do Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículo escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada conteúdos obrigatórios e articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologias, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico a formação continuada de professores e a articulação com instituição acadêmica esportiva e culturais.	Concluído	Essa etapa do ensino é ofertada pelo estado que vem desenvolvendo o currículo dentro da BNCC e do Novo Ensino Médio, que incorpora ao currículo abordagens de interesse dessa faixa etária.
3.7- Garantir a partir da vigência do PNE formação continuada para os professores, a fim de implantar propostas de aprendizagem e desenvolvimento par aos alunos (as) de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vista a garantir formação básica comum.	Concluída	Os professores dessa etapa participam das formações oferecidas pelo Núcleo Regional de Educação e de eventuais cursos e palestras ofertados pela rede municipal de ensino.

3.8- Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva integrada ao currículo escolar.	Em andamento	Os bens culturais e as práticas esportivas ofertados pelo município são abertos para toda comunidade. É preciso ampliar a oferta para cada faixa etária correspondente a idade escolar conforme as etapas da Educação Básica.
3.9- Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado a Educação Profissional, observando-se peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência	Em andamento.	É ofertado o ensino técnico em Administração.
3.10- Estruturar e fortalecer o acompanhamento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de Programas de Transferência de Renda, no Ensino Médio, quanto a frequência, ao aproveitamento escolar e a interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, de preconceitos e violências, de práticas irregulares de exploração do trabalho, de consumo de drogas, de gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a adolescência e juventude.	Em andamento	O acompanhamento desses estudantes é feito em parceria com as secretarias de Assistência Social e saúde. As situações de discriminação são tratadas em campanhas educativas, no currículo e no cotidiano escolar.
3.11- Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, encaminhar a rede estadual e acompanhar sua permanência, em articulação com os serviços de assistência social, de saúde e de proteção à adolescência e a juventude.	Em andamento	O trabalho de identificação e encaminhamento da população de 15 a 17 anos que não frequentam a escola é realizado de forma conjunta com a secretaria de assistência social, conselho tutelar e demais órgão da rede de proteção.
3.12- Acompanhar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a todas as demandas, de acordo com as necessidades específicas dos jovens.	Em andamento	O Ensino médio é ofertado nos turnos vespertino e noturno.
3.13- Implementar políticas de prevenção a evasão motivada por preconceito e discriminação,	Em andamento	As políticas de prevenção são feitas por meio de campanhas, palestras e acompanhamento dos estudantes agredidos e agressores pelo corpo docente

através de políticas públicas contra formas associadas de exclusão.	das escolas, quando necessário encaminhado a outras instâncias com atendimento especializado.
---	---

3.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Conforme projeção do IPARDES o município avançou nos dois indicadores, no indicador 3A atingiu 104,0% e no indicador 3B 86,7%. Essa é uma meta importante, há estratégias em andamento que precisam ser concretizadas para sua efetivação como garantia do sucesso almejado na meta.

4, COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 4 A Nacional	Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola
Indicador 4 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{População de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola} / \text{População de 4 a 17 anos com deficiência}) \times 100$
Justificativa	Inviável. O relatório de linha de base 2014, primeiro ciclo, utiliza o Censo demográfico como fonte de dados. Contudo, as perguntas e as alternativas de respostas acerca de deficiências foram elaboradas de modo distinto nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Ausência de padronização/definição conceitual, pois as fontes de dados sugeridas (Censo demográfico e escolar) possuem conceitos diferentes de deficiências. O censo demográfico engloba todas as pessoas (matriculadas ou não) e o censo escolar apenas os matriculados. Não temos informações de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para as pessoas que estão fora da escola. Impossibilidade de desagregação municipal ano a ano.

Indicador 4B Nacional	Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica
Indicador 4 B proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	$(\text{Matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação} / \text{Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). A idade de referência utilizada nesse indicador é a variável (NU_IDADE) do Censo Escolar, diferente da "variável derivada" utilizada nos indicadores propostos pelo IPARDES nas metas 1, 2 e 3. Dessa forma, voltando a utilizar as variáveis código de matrícula (ID_MATRICULA) e idade como sendo no ano de nascimento do aluno, e não mais a idade até 31 de março. Essa opção foi assumida para que esse indicador, cujos dados estão disponíveis para os municípios, ficasse igual ao nacional. Observa-se que, na série calculada nesse estudo, não é mostrado o indicador para 2014, pois a variável (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA), necessária para se calcular o indicador, não foi identificada nos microdados, impossibilitando usar a metodologia para calcular o indicador para o ano de 2014. Portanto, foram calculados apenas os indicadores para os anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020

Indicador 4C Nacional	Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.
Indicador 4 C proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	$(\text{número de matrículas de turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado, da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação} / \text{Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação}) \times 100$
Comentário	Incluído e calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

4.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Dados / Indicadores: Indicador 4B	-----	69,0%	64,3%	64,3%	69,2%	54,5%	51,3%

Fonte: INEP - Censo Escolar Educação Básica

Dados / indicadores: Indicador 4C	
Ano	2020
Indicador	23,1 %
Fonte: INEP Censo Educação Básica	

4.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
4.1 - Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na	Em andamento	Os estudantes são identificados conforme laudos de especialistas apresentados pela família e inserido no censo escolar.

modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;		
4.2 - Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;	Concluída	Quando da procura pela família, as crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas no ensino regular com a oferta de profissional de apoio, se indicado.
4.3 - Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;	Concluído	É ofertado a sala de recurso multifuncional com profissionais especializados que participam de formação continuada em suas áreas de atuação.
4.4 - Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;	Em andamento	Os Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento são atendidos em sala de recurso multifuncional em todas as etapas da Educação Básica. Os Estudantes com altas habilidades ou superdotação são atendidos apenas no ensino regular com atividades extras quando necessário, resta ainda a implantação de um programa específico para altas habilidades.
4.5 - Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência,	Em andamento	Os estudos são realizados entre os profissionais que atuam na Educação Especial, com pesquisa nos cursos de especialização e na oferta de cursos de formação. Ainda é preciso avançar para um grupo de estudo sistematizado.

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;		
4.6 - Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;	Em andamento	Os prédios das escolas são acessíveis conforme normas técnicas e atendem em partes os estudantes com deficiência. O transporte escolar é adaptado. Com relação a tecnologia é preciso melhorar os recursos.
4.7 - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos;	Concluída	Todo os Estudante com deficiência auditiva e/ou visual são atendidos por profissionais especializados e intérprete quando indicado.
4.8 - Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;	Concluído	O estudante com deficiência é inserido no ensino regular em todas as etapas da Educação Básica.
4.9 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência,	Concluída	Os estudantes com deficiência e em situação de vulnerabilidade estão inseridos no ensino regular e são assistidos pela rede de proteção e secretarias afins. As instituições educacionais atuam conjuntamente com as famílias e a comunidade na proteção desses estudantes e nas conscientização de atos preconceituosos.

<p>transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;</p>		
<p>4.10 - Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p>	Em andamento	<p>O município possibilita a participação dos profissionais de educação em formações continuadas, cursos de capacitação técnica e de especialização na área da Educação Especial, com o intuito de aprimorar a atuação desses junto aos estudantes com deficiência.</p>
<p>4.11 - Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;</p>	Em andamento	<p>O município não tem um centro de pesquisa próprio, mas se mantém atento as pesquisas disponíveis, faz parceria com universidades e incentiva a participação dos docentes em cursos de pós-graduação que culminam em pesquisa na conclusão de curso.</p>
<p>4.12 - Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à</p>	Em andamento	<p>A Secretaria de Educação trabalha em parceria com as demais secretarias para detectar e encaminhar os estudantes com necessidades especiais, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória para retornarem aos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos, garantindo profissional de apoio quando indicado.</p>

faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;		
4.13 - Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cego, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;	Concluído	O município vem capacitando seus profissionais para atuarem na Educação Especial e atualmente conta com um corpo completo que atende toda demanda.
4.14 - Definir, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	Concluído	Os indicadores são estabelecidos e fiscalizados pelo órgão regulador que é o Núcleo Regional de Educação.
4.15 - Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	Em andamento	Esta é uma estratégia que depende das instituições de ensino superior. O município apoia a participação dos profissionais de educação nos cursos de pós-graduação.
4.16 - Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao	Concluído	As parcerias são firmadas e os estudantes são encaminhados as instituições de apoio quando indicado. Bem como atendidos no ensino regular por profissionais especializados.

atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;		
4.17 - Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino, bem como favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	Em andamento	As parcerias são firmadas quando possíveis, pois o município é de pequeno porte e não tem instituições instaladas, mas busca parceria com centros vizinhos para manter a formação continuada dos profissionais que atuam na educação especial.
4.18 – Promover, em parceria com a área da assistência social, saúde e sociedade civil organizada, campanhas educativas junto à comunidade escolar sobre prevenção de deficiências, a exemplo dos exames de pré, e pós-natal, e reforçar as campanhas de vacinas	Concluída	Essas campanhas de prevenção são desenvolvidas pelas secretaria de saúde e assistência social, que contam com o apoio das escolas para divulgação junto aos pais dos alunos.
4.19 – Realizar parceria com a área da saúde para uma melhor fruição do atendimento realizado as crianças encaminhadas através das escolas especiais, regulares ou equipe avaliadora.	Em andamento	Os estudantes com necessidades especiais são encaminhados para a Secretaria de Saúde para tratamento especializado quando indicado. É preciso ampliar o atendimento com profissionais que atuam diretamente nas escolas e CMEI.
4.20 - Ofertar gradativamente o atendimento educacional em período integral para alunos com necessidades educacionais especiais, com atividades de apoio escolar, desportivas, culturais e artísticas.	Não iniciada	Devida a baixa demanda não é ofertado escola de tempo integral aos estudantes com necessidades especiais. Apenas o atendimento em sala de recurso multifuncional.

4.21 Autorizar, a partir da vigência do plano, somente a construção e funcionamento de prédios escolares, públicos e privados, que possuam a infraestrutura adequada ao atendimento de pessoas com necessidades especiais	Em andamento	Esta é uma observação que será mantida quando da construção de uma nova unidade educacional, assim como, a adaptação dos prédios existentes.
---	--------------	--

4.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Atualmente o município encontra-se estruturado para inserir a população indicada na meta no ensino regular, além de ampliar e qualificar esse atendimento com um corpo docente especializado. Segundo dados do censo Escolar, em 2021 estavam matriculados em todas as etapas do ensino, nas salas regulares, a seguinte quantidade de alunos com algum tipo de deficiência:

Ed. Infantil de 4 a 5 anos: 0
Fundamental 1º ao 5º ano: 03
Fundamental do 6ª ao 9º ano: 10
Ensino médio: 02
Sala de Recurso Multifuncional: 11

5. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental

5.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 5 A nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Leitura
Indicador 5 A proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Indicador 5B nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Escrita
Indicador 5 B proposto	Replicar o nacional

Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Indicador 5C nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Matemática
Indicador 5 C proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

5.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

5.2.1. Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em leitura na ANA

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização

5 A	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
2014	4,2 %	20,8 %	45,8 %	29,2 %
2016	4,9 %	27,2 %	43,2 %	24,7 %

5.2.2. Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em escrita na ANA

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização

5 B	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
2014	4,2 %	6,3 %	0,0 %	79,2 %	10,4 %
2016	2,5 %	2,5 %	0,0 %	88,9 %	6,2 %

5.2.3. Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em matemática na ANA

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização

5 C	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
2014	2,1 %	29,2 %	18,8 %	50,0 %
2016	6,0 %	32,1 %	20,2 %	41,7 %

5.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
5.1- Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano.	Em andamento	Conforme indicado na BNCC os currículos foram adequados para completar o ciclo de alfabetização até o 2º ano no Ensino Fundamental. A alfabetização plena depende do processo de ensino e aprendizagem, que é influenciado por fatores exógenos, que nem sempre depende da escola, a exemplo da suspensão das aulas presenciais.
5.2- Aplicar métodos pedagógicos que visem à melhoria do processo de alfabetização e preparar de forma especial para o exame periódico específico dessa etapa, bem como aplicar regularmente testes de aprendizagem aos alunos dos três primeiros anos, avaliando sua evolução na alfabetização.	Em andamento	O currículo escolar é formulado e constantemente revisado a fim de garantir a qualidade do processo de alfabetização. As avaliações são sistemáticas e colaboram para análise dos resultados.
5.3- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes consideradas abordagens metodológicas e sua afetividade.	Em andamento	As tecnologias educacionais vêm sendo implantadas como forma de complementação, uma vez que, essa etapa depende mais de métodos de alfabetização vinculados a mediação do professor.
5.4 - Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, nos cinco primeiros anos, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo as regiões em que se demonstrar necessário programa específico, com a colaboração da União e dos Estados.	Concluído	O município garante a oferta do ensino fundamental nos cinco primeiros anos nos turnos diurno e vespertino na zona urbana, para os estudantes da zona rural é ofertado o transporte escolar, pois não há demanda para escolas nas localidades onde residem.

5.5 - Atender com prioridade os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental com objetivo de, ao final deste ciclo, todos estejam alfabetizados.	Concluído	Os três primeiros anos do Ensino Fundamental tem especial atenção para conclusão do ciclo de alfabetização.
5.6 - Efetuar alteração, caso necessário, na proposta pedagógica da rede municipal e na projeto político pedagógico da escola, de forma a iniciar o processo de preparação para a alfabetização a partir do Pré-I.	Conclusão	O currículo da pré-escola foi adaptado conforme o preconizado na BNCC, garantindo que essa etapa seja de preparação para a concretização da alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.
5.7- Buscar programas complementares à educação que contribuam para garantia do acesso e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas.	Em andamento	O município se mantém atento para adesão de programas complementares ofertados pelo estado e União.
5.8- Garantir atendimentos aos alunos da rede municipal que apresentem distúrbio ou deficiência de aprendizagem no Centro de Atendimento Especializado à Criança, ou órgão equivalente	Em andamento	Os alunos são atendidos no ensino regular e encaminhado para atendimento especializado quando indicado.

5.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA) colabora no diagnóstico e no planejamento da alfabetização, sua interrupção foi prejudicial, apesar da escola avaliar os estudantes com instrumentos próprios, uma avaliação de larga escala oferece uma dimensão mais ampla dos resultados avaliados.

6. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

6.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 6 A nacional	Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral
Indicador 6 A proposto	Replicar o nacional

Fórmula de cálculo	(Número de alunos ETI / Número de alunos matriculados na educação básica pública) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Público Alvo da ETI = são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à Educação de Jovens e Adultos nem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma Subsequente ou Concomitante; Jornada de Tempo Integral = é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de Atividade Complementar (AC) e/ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizadas em instituições públicas e/ou privadas..
Indicador 6 B nacional	Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral.
Indicador 6 B proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Número de escolas que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral / Número de escolas que possuem pelo menos um aluno do público alvo da ETI) X 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Público Alvo da ETI = são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à Educação de Jovens e Adultos nem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma Subsequente ou Concomitante; Jornada de Tempo Integral = é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de Atividade Complementar (AC) e/ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizadas em instituições públicas e/ou privadas.

6.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 6 A	9,8%	42,1%	44,2%	18,7%	18,7%	17,3%	16,9 %
Indicador 6 B	33,3%	66,7%	66,7%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%

Fonte: INEP - Censo Escolar Educação Básica

6.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;	Em desenvolvimento	O município só atende a Educação Infantil em tempo integral, para o Ensino Fundamental é oferecido projetos de contraturno escolar como o Mais Aprendizagem com quatro aulas semanais, aulas de artes e treinamento esportivo duas vezes na semana. A escola de tempo integral é um projeto ainda pendente que precisa ser retomado.
6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social,	Concluído	Os prédios das unidades educacionais, Sebastiao Bocalon Rodrigues Junior, CMEI Primeiros Passos e Escola Municipal Professora Maria Rodrigues Travaglia, foram reformados e ampliados dentro dos padrão arquitetônico exigidos. Os recursos foram adquiridos via Plano de Ação Articulado PAR e recursos próprios.
6.3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;	Em desenvolvimento	Os espaços escolares vêm sendo melhorado para atender os estudantes em projetos de contraturno, a exemplo do projeto da piscina poliesportiva, porém, ainda, não há salas de aulas suficientes para atender todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental em tempo integral.
6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como	Em desenvolvimento	A Secretaria de educação atua de forma articulada com a cultura e o esporte para oferecer atividades complementares aos estudantes do Ensino Fundamental.

centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;		
6.5 Otimizar o tempo de permanência dos alunos nas escolas da rede pública, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. em parceria com entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;	Em andamento	Para otimizar o tempo de permanência dos alunos nas escolas são desenvolvidas atividades de contraturno escolar e encaminhamento para atividades oferecidas em outros departamentos ou entidades.
6.6 Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;	Não iniciada	a estratégia não foi iniciada devido a falta de demanda, o município não tem registro de população indígena e quilombola. A população do campo é atendida nos distritos e na área urbana com o transporte escolar.
6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;	Não iniciada	não há escola de tempo integral para essa faixa etária de estudantes. Essa é uma meta pendente que precisa ser planejada.
6.8 Estreitar o relacionamento entre as escolas municipais e estaduais a fim de otimizar o uso das áreas comuns, equipamentos e material escolar como forma de organizar e oferecer atividades em contraturno escolar e, se possível, implantar programas de tempo integral	Concluída	A parceria entre escolas municipais e estaduais é estabelecida e os espaços são compartilhados quando necessário.

6.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A escola de tempo integral é uma importante iniciativa que se encontra pendente no município de Nova Olimpia, apenas a Educação Infantil de 0 a 3 anos é atendida em tempo integral. O município vem buscando parcerias para ampliar os espaços físicos a fim de implantar o ensino integral nos anos iniciais do Ensino fundamental.

7. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB nos anos 2015, 2017, 2019 e 2021, com respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, respectivamente: 5,2 - 5,5 - 5,7 - 6,0; aos anos finais do ensino fundamental: 4,7 - 5,0 - 5,2 - 5,5; e ao ensino médio: 4,3 - 4,7 - 5,0 - 5,2.

7.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 7 A nacional	Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental
Indicador 7 A proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb.
Comentário	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.
Indicador 7 B nacional	Ideb dos anos finais do ensino fundamental
Indicador 7 B proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos finais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 9º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb.
Comentário	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

Indicador 7 C nacional	Ideb do ensino médio
Indicador 7 C proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação do ensino médio x Proficiência média padronizada dos alunos da 3ª série do ensino médio na avaliação do Saeb.
Comentário	Já calculado e disponibilizado pelo INEP. Disponível a partir de 2017.

7.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2013	2014	2017	2019
Indicador 7 A	6,4	6,3	6,7	6,7
Indicador 7 B	4,4	4,6	4,4	5,5
Indicador 7 C			4,4	4,5

Fonte: INEP

7.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
7.1 - Formalizar e executar os Plano de Ações Articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	Em desenvolvimento	As iniciativas propostas pelo município estão devidamente cadastradas no PAR Plano de Ações Articuladas como forma de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional.
7.2- Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica do Municípios.	Concluído	Os resultados do IDEB são divulgados junto a comunidade escolar e nos meios de comunicação do município sempre que disponibilizado.
7.3 – Reforçar a assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.	Em desenvolvimento	Essa é uma meta que cabe a União, porém o município tem permanecido atento para adesão dos programas disponibilizados pelos demais Entes Federados, que possam contribuir para a melhoria do IDEB.
7.4 - Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, incorporando o exame nacional para a educação básica.	Concluído	O município adere as avaliações nacionais e estadual como o Prova Paraná, como forma mensurar os resultados dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.
7.5- Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante a renovação integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Concluído	O transporte escolar é garantido pelo município e sua frota atende as exigências dos órgãos fiscalizadores.

7.6- Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental assegurado a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	Em desenvolvimento	A diversidade de métodos está prevista no Projeto Político Pedagógicos das unidades educacionais e tratados nas formações continuadas de professores.
7.7- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.	Em desenvolvimento	A tecnologia vem sendo implantada e ainda precisa avançar.
7.8- Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.	Em desenvolvimento	A gestão escolar é feita por meio dos conselhos e APMF. É preciso ampliar a participação da comunidade nesses conselhos que ainda tem baixa frequência.
7.9- Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Em desenvolvimento	Os programas suplementares como transporte e alimentação escolar são garantidos. A assistência à saúde é feita em parceria com a secretaria de Saúde. O material didático é o do PNLD e apostila da Aprende Brasil. É preciso ampliar o programa de material escolares.
7.10- Manter em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.	Em desenvolvimento	O município busca a complementação da União e do estado por meio do PAR, de emendas parlamentares e de programas nacionais e estaduais.
7.11 - Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental.	Em desenvolvimento	As escolas são equipadas com tecnologias digitais disponíveis aos gestores escolares e aos professores. Mas ainda é previsto avançar nas tecnologia em sala, aquisição de equipamentos mais modernos que proporcione mais qualidade no planejamento e na didática do professor.
7.12- Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitadas a diversidade regional, estadual e local.	Concluído	A secretaria de Educação realiza seu planejamento com base nos parâmetros curriculares nacionais comuns, a exemplo da BNCC, que norteou o currículo escolar.
7.13- Informatizar a gestão das escolas e das secretarias de educação do município, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.	Concluído	As escolas contam com computadores para os gestores escolares, secretaria e sala de professores. E, 2021 foram adquiridos novos equipamentos, porém como os itens de informática sofrem constante atualização é preciso novos investimento que estão sendo planejados.

7.14- Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.	Em desenvolvimento	A cultura da paz é um tema sempre presentes nas escolas municipais, permeia o currículo e as ações em parceria com toda comunidade escolar.
7.15 - Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontrem em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do estado da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.	Concluído	Os jovens em liberdade assistida são atendidos dentro do ensino Regular.
7.16- Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipe pedagógicas e com a sociedade civil em geral.	Concluído	O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena estão contemplados no currículo escolar e nas práticas pedagógicas.
7.17- Ampliar a educação escolar do campo, quilombola e indígena a partir de visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultura.	Em desenvolvimento	A população do campo é atendida na escola do distrito e urbana com o transporte escolar.
7.18 - Aderir ao repasse de transferências voluntárias na área de educação com lei específica para a instalação de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes, com representação de trabalhadores em educação, pais, alunos, e comunidade escolhidos pelos seus pares.	Concluída	As escolas do municípios têm seus conselhos devidamente constituídas: Conselho Municipal de Educação; Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb; Conselhos de Alimentação Escolar; Conselho Escolar; Associação de Pais, Mestre e Funcionários
7.19- Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, acessibilidade a pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, acesso a espaços para a prática de esportes, acesso a bens culturais e à arte, e equipamentos e laboratórios de ciências.	Em desenvolvimento	Todas as escolas têm água tratada, saneamento básico, energia elétrica, acessibilidade e internet. É preciso melhorar a velocidade da internet e os demais espaços esportivos, culturais e de laboratório que necessitam sempre de atualização e adequação.
7.20-Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de	Concluída	Esses setores estão sempre articulados para o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e seus familiares.

educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.		
7.21-Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado	Em desenvolvimento	Alguns programas ofertados pelos setores mencionados na estratégia, ainda acontecem de forma fragmentada , porém, quando possível, há a articulação para desenvolvê-los de forma integrada.
7.22 -Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pela área da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	Em andamento	As secretaria de saúde e educação atuam em parceria no atendimento à saúde do estudante quando detectado a necessidade dentro do ambiente escolar. É preciso implantar um programa que consiga atender de forma direta o estudante em suas necessidades.
7.23 - Estabelecer ações efetivas especialmente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.	Em andamento	Os profissionais da educação são atendidos pela secretaria de saúde em suas necessidades específicas. A secretaria de educação promove palestra de promoção à saúde.
7.24 -Orientar as políticas das redes e sistemas de educação, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.	Em desenvolvimento	No planejamento da secretaria de educação é dada atenção às unidades educacionais que não atingiram o IDEB, como forma de buscar alternativas que melhorem a qualidade do ensino. As iniciativas propostas precisam ser sistematizadas.
7.25 -Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos–PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzido pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo as projeções nacionais.	Não iniciada	Essa é uma estratégia da União para os resultados nacionais. Cabe ao município a análise dos resultados dos anos anteriores do IDEB e sua forma de evolução em busca de políticas públicas que visem a garantia da qualidade no Ensino Fundamental.

7.26 - Implementar e desenvolver ações atividades pedagógicas, como salas de apoio e contraturno para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que apresentem baixo rendimento, com o objetivo de elevar a média do IDEB e efetuar a correção de fluxo (relação idade/série) por meio de programas de aceleração e aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso.	Em andamento	Alguns programas de contraturno escolar já acontecem de forma complementar. O trabalho de reforço escolar e de correção de fluxo precisa ser retomado de forma que garanta o avanço nos níveis de proficiência dos estudantes.
7.27 - Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos.	Em desenvolvimento	O município não tem um programa próprio, mas aderiu ao Prova Paraná que facilitará o monitoramento dos indicadores.
7.28 - Fortalecer o monitoramento do acesso à escola, da permanência e desenvolvimento, garantindo aos beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo situações de discriminação, preconceito e violência, visando o sucesso e a qualidade na educação básica fundamental, nos cinco primeiros anos.	Em desenvolvimento	O monitoramento do acesso a escola é feito em parceria com a Secretaria de Assistência Social e o combate a situações de discriminação pela escola junto a família e comunidade escolar.
7.29 - Desenvolver indicadores e mecanismos específico de avaliação da qualidade do ensino fundamental nos anos iniciais, diagnosticando e fortalecendo as ações pedagógicas necessárias para corrigir eventuais atrasos no processo ensino aprendizagem.	Em desenvolvimento	Os indicadores são acompanhados nas avaliações diagnósticas e periódicas realizadas com os estudantes. Os atrasos são corrigidos em ações complementares de contraturno escolar.
7.30 - Desenvolver programas e atividades complementares para o ensino da Língua Portuguesa, da Matemática e das Ciências, de forma a alcançar nos anos indicados, os índices previstos no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).	Em desenvolvimento	Alcançar os índices do PISA é uma meta da União. O município se empenha em atingir os índices do IDEB e da ANA,
7.31- Promover debates entre equipes pedagógicas da rede municipal e da rede estadual de ensino para ações conjuntas, visando a melhoria da qualidade de ensino como forma de eliminar lacunas de conhecimento para os anos seguintes	Em desenvolvimento	Esses debates estão sendo melhorados com a adesão do programa Educa Juntos do Governo do Estado.

7.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O município de Nova Olímpia tem buscado alternativas para melhoria do índice do IDEB, cresceu em todos os indicadores nas últimas avaliações, restando a etapa do Ensino Médio sem atingir o estabelecido na meta. Parcerias com o Governo do estado e a reformulação do currículo conforme a BNCC, aliada as ações de contraturno escolar, são medidas adotadas na busca constante de superar os índices e garantir a qualidade do ensino público municipal.

8. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

8.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 8 A Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade
Indicador 8 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / Total da população de 18 a 29 anos de idade
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários

Indicador 8 B Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural
Indicador 8 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade residente no campo / População de 18 a 29 anos de idade residente no campo.
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 8 C Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)
Indicador 8 C proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres / População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas. Informação disponível somente para anos censitários. Mesmo para Estado o coeficiente de variação da PNAD não recomenda desagregação para essa faixa etária, seguida de faixas de rendimento.

Indicador 8 D Nacional	Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos
Indicador 8 D proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Soma dos anos de estudo de negros 'pretos e pardos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de negros 'pretos e pardos' de 18 a 29 anos de idade // Soma dos anos de estudos de não negros 'brancos e amarelos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / população de não negros 'brancos e amarelos' de 18 a 29 anos de idade
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas. Informação disponível somente para anos censitários

8.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
8.1) Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	Em desenvolvimento	O município está disponível para aderir, sempre que disponibilizada, às tecnologias em nível nacional e estadual, para a correção de fluxo. Não há um programa próprio estabelecido, o que indica um ponto de atenção.

8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda.	Concluído	É ofertado a modalidade de EJA – Educação de Jovens e Adultos em todas as etapas da Educação Básica.
8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamentais e médios.	concluído	O acesso aos exames de certificação de conclusão das etapas de ensino é garantido pelas escolas municipais e estaduais.
8.4) Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.	Em desenvolvimento	No Ensino Médio há a oferta de Curso Técnico em Administração. Essa é uma importante iniciativa que precisa ser ampliada.
8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	Em desenvolvimento	As Secretaria de Educação e Assistência Social atuam em parceria para monitorar os estudantes faltosos, identificando e recrutando para a devida frequência aos estudos.
8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	Em andamento	O município atua com a rede de proteção para a busca ativa dos jovens que evadiram da escola. O Programa Busca Ativa Escolar vem sendo implantado e será uma ferramenta no combate a evasão escolar.

8.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Mensurar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos só é possível em ano censitário, mas é possível estabelecer programas que colaborem para a permanência dos jovens em idade escolar no mínimo de 12 anos de escolarização, bem como incentivar o retorno aos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos.

9. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

9.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 9 A Nacional	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Indicador 9 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe se a pessoa sabe ler ou escrever. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 9 B Nacional	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade
Indicador 9 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(População de 15 anos ou mais de idade que não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental ou não sabe ler/escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe a escolaridade dos indivíduos, uma vez que "analfabetismo funcional" foi conceituado no PNE em Movimento como baixa escolaridade. Informação disponível somente para anos censitários

9.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;	concluída	O município oferta a Educação de Jovens e Adultos em todas as etapas do Ensino Fundamental e disponibiliza o transporte para a população de campo.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;	Em andamento	Atualmente o diagnóstico é feito com o público que procura a escola e em parceria com a equipe da saúde, que faz visitas e tem um acompanhamento familiar com identificação de todos os componentes de um grupo familiar, conseqüentemente é feito o contato ou visitas in loco para a tentativa de inserir na escola.
9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;	Em andamento	As escolas que ofertam a EJA têm buscado manter a qualidade para atrair e reter os estudantes. É preciso ampliar ações de divulgação e conscientização da importância dessa modalidade de ensino.
9.4 Criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;	Não iniciada	Essa é uma meta que depende de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal. Nova Olímpia se mantém atenta para adesão de programas que possam contribuir para a educação do município.
9.5 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;	Em andamento	O Município aderiu ao SERP - Sistema Educacional da Rede de Proteção, que contribuirá ainda mais para a busca de Jovens que abandonaram os estudos.
9.6 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;	Concluída	Quando do ingresso do estudante na EJA é realizada a avaliação diagnóstica e a sondagem, ao término do curso é feita avaliação.
9.7 Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde	Concluída	A Secretaria de Educação garante aos estudantes da EJA o transporte e a alimentação. O atendimento a saúde é feito por meio da secretaria de Saúde.
9.8 Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;	Concluído	Os estudantes privados de liberdade são assistidos na unidade penal de Cidade Gaúcha, uma vez que Nova Olímpia não tem unidade penal.
9.9 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);	Em andamento	Sempre que disponibilizado projetos que possam agregar a modalidade de Jovens e Adultos é feita a adesão, assim como, a busca por parcerias que possam oferecer ações que complemente o currículo.
9.10 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas	Em andamento	É realizado um trabalho de parceria com o empresariado local para a divulgação das matrículas do EJA e solicitado o incentivo aos funcionários para o retorno aos estudos a fim de concluírem a Educação Básica.

com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;		
9.11 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	Em andamento	Os idosos do município são inseridos em vários programas de cultura e esporte e são assistidos pelas Secretarias de Saúde e Assistência Social com projetos específicos voltados ao seu bem-estar. Na modalidade de EJA são devidamente integrados.
9.12- Fortalecer os programas de formação continuada dos educadores de jovens e adultos providos pela Secretaria Municipal da Educação, garantindo a qualidade no atendimento específico a população jovem e adulta, inclusive aos portadores de necessidades educativas especiais.	Concluído	Os educadores municipais que atuam na EJA recebem capacitação sistemática juntamente com os demais profissionais da rede de ensino.
9.13 – Promover em parcerias com as demais secretarias, associações, sindicatos e sociedade civil organizada, campanhas de incentivo junto à população analfabeta e de baixa escolarização quanto a importância do retorno aos estudos.	Em andamento	Em período de matrícula escolar a Secretaria de Educação busca parceria com todas as secretarias e entidades que possam colaborar na divulgação e motivação dos jovens e adultos para o retorno ao estudo. É preciso manter o trabalho durante todo o ano.

9.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O município de Nova Olímpia oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em todas as etapas da Educação Básica, com a suplementação do transporte e alimentação escolar. Essa é uma modalidade que precisa ser incentivada com investimentos na qualidade do ensino para atrair as pessoas que não tiveram oportunidade de estudo na idade correta.

10. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

10.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 10 A Nacional	Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional
Indicador 10 A proposto	Replicar a nacional
Fórmula de cálculo	$(\text{Matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio integrada à Educação Profissional} / \text{Total de matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

10.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 10 A	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

"-" Não existe oferta de Modalidade EJA

10.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
10.1) Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.	Concluída	Todas as etapas da Educação de Jovens e Adultos são ofertadas pelo município. Os estudantes desta etapa são assistidos de forma integrada pelas secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.
10.2) Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores.	Em andamento	a modalidade de EJA ofertada pelo município não está integrada a educação profissional, porém os cursos profissionalizantes desenvolvidos no município reservam vagas para os estudantes.
10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público	Em andamento	Os cursos profissionalizantes ofertados observam a demanda do mercado de trabalho, ainda não foi desenvolvido curso específico e exclusivo aos

da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.		estudantes da EJA, o que aponta um ponto de atenção que ainda precisa ser atendido.
10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Em andamento	O público mencionado na estratégia é devidamente integrado na modalidade da EJA como forma de melhorar a escolarização e o acesso ao mercado de trabalho. Não implantado cursos profissionalizantes voltado exclusivamente a esse público devido a baixa demanda.
10.5) Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	Em andamento	Apesar de não atender a educação profissional de forma integrada a modalidade de EJA, os espaços das escolas são acessíveis para o estudante com deficiência. O município se mantém atento para adesão dos programas nacionais sempre que disponibilizado pelo Governo Federal.
10.6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.	Concluído	O currículo da etapa da Educação de Jovens e Adultos não está contemplado na BNCC Base Nacional Comum Curricular, mas com base na atualização do currículo da Educação Básica que segue a BNCC, o currículo da EJA também foi revisto de forma que atenda os eixos mencionados na estratégia.
10.7) Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Não iniciada	A estratégia não foi iniciada devido ao fato do município não ofertar a modalidade de EJA aliada à educação profissional pela baixa demanda, assim a material didático não tem adaptação, atende o estabelecido no currículo. Mas sendo o público adulto atuante no mercado de trabalho, os temas são abordados em projetos.
10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Em andamento	A formação continuada da população adulta é estimulada com a oferta de cursos profissionalizantes e de transporte para participação em mais cursos ofertados na região. Ainda não há um programa sistematizado, os cursos são ofertados de forma esporádica e pontual.

10.9) Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Em andamento	O atendimento aos estudantes da EJA com relação a sua saúde e situação de vulnerabilidade é realizado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social. É preciso implantar um programa de apoio psicopedagógico nas unidades educacionais.
10.10) Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	Concluído	O reconhecimento dos saberes dos estudantes da EJA é contemplado nos planos de ensino. A vivência do aluno é o tema gerador das aulas.

10.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O município de Nova Olímpia é pequeno e não tem demanda para oferta da modalidade de jovens e adultos integrada à educação profissional. Os esforços são para ofertar essa modalidade em todas as etapas da Educação Básica e integrar os estudantes ao desenvolvimento profissional em cursos profissionalizantes oferecidos para comunidade em geral. A EJA é uma modalidade muito importante, pois resgata o estudante que não teve a oportunidade de estudo na idade correta, além de diminuir o analfabetismo funcional e inserir essa população no mercado de trabalho.

11. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público

11.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 11 A Nacional	Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio
Indicador 11 A proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Total de Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Indicador 11 B Nacional	Participação do segmento público na expansão da EPT de Nível Médio
Indicador 11 B proposto	Replicar o nacional

Fórmula de cálculo	$((\text{Matrículas no ano} - \text{matrículas em 2013}) \text{ público} / (\text{Matrículas no ano} - \text{matrículas em 2013}) \text{ total}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Condicionante do Indicador 11B: sua fórmula só é aplicável quando, no período analisado, houver expansão (positiva) de matrículas.

Indicador 11 C Nacional	Expansão acumulada da EPT de Nível Médio pública
Indicador 11 C proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	$((\text{Matrículas no ano} - \text{matrículas em 2013}) \text{ público} / (\text{Matrículas em 2013}) \text{ público}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

11.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 11 A	0	0	0	0	0	0	0
Indicador 11 B	-	-	-	-	-	-	-
Indicador 11 C	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Nota:

- sem oferta

0 somente privado

11.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
11.1) Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e	Não iniciada	Há apenas uma escola que oferta o Ensino Médio no município e a demanda para a educação profissional é pequena, sendo inviável até o momento a implantação.

democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.		
11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	Em andamento	O município oferta estágio para estudante do Ensino Médio, mas é preciso ampliar o número de vagas junto a empresas privadas, a fim de oportunizar mais a promoção dos jovens junto ao mercado de trabalho.
11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Não iniciada	Devido ao porte do município e a baixa demanda, não há entidades privadas que ofertam a modalidade de ensino. O município incentiva e colabora com o transporte para os estudantes que façam a opção em cidades vizinhas.
11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.	Não Iniciada	Os cursos profissionalizantes ofertados pelo município são pensados conforme estudo da demanda mercado local.

11.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A oferta da educação profissional técnica de nível médio é uma meta a ser conquistada pelo município. Devido a pequena demanda, até o momento, não foi viabilizado a inserção dessa modalidade de ensino, a Secretaria de Educação está alerta a adesão quando possível.

12. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público

12.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 12 A Nacional	Taxa bruta de matrículas na graduação
Indicador 12 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Total da população que frequenta cursos de graduação / Total da população de 18 a 24 anos) x 100

Justificativa	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se deslocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.
---------------	---

Indicador 12 B Nacional	Taxa líquida de escolarização na educação superior
Indicador 12 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação} / \text{Total da população de 18 a 24 anos}) \times 100$
Justificativa	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se deslocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.

Indicador 12 C Nacional	Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação
Indicador 12 C proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Variação das matrículas em cursos de graduação de IES públicas no período} / \text{Variação total das matrículas em cursos de graduação no período}) \times 100$
Justificativa	a) Menor nível de desagregação do indicador pela Nota Técnica é "Unidade da Federação"; b) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território; c) Alguns possuem apenas ensino superior privado, resultando em divisão por zero no setor público; d) Em 2014, 80 municípios paranaenses possuem ensino superior presencial e 127 ensino superior a distância; e) não existe uma variável chave comum para municípios em modalidade de ensino; após unir arquivos "ALUNOS", "CURSOS" e "LOCAL OFERTA": CO_MUNICIPIO_CURSO para modalidade presencial e CO_MUNICIPIO_LOCAL_OFERTA para modalidade ensino a distância.

12.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)

12.1 Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior	Em andamento	O município oferta estágio para estudante do Ensino Superior, mas é preciso ampliar o número de vagas junto a empresas privadas, a fim de oportunizar mais a promoção dos jovens junto ao mercado de trabalho.
12.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica	Em andamento	A escola de nível médio prepara e incentiva os estudantes a dar seguimento aos estudos em nível superior, para suprir a necessidade do mercado local, melhorando o emprego e renda da população jovem.
12.3 Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	Não iniciada	Não entidades de ensino superior no município
12.4 Fortalecer e ampliar as parcerias com as instituições de educação superior instaladas no Município e região, visando ampliar a oferta da educação superior.	Concluída	O município busca a parceria com entidades da região e polos de Educação à Distância que ofertam o ensino superior, bem como oferece transporte para facilitar o acesso.
12.5 Estimular os jovens concluintes do ensino médio a prosseguirem nos estudos, ingressando na educação superior, por meio de mecanismos que facilitem a mobilidade destes jovens para as instituições de educação superior da região	Concluída	O município oferta o transporte para os estudantes locais que buscam o Ensino Superior nas cidades vizinhas que ofertam a modalidade presenciais.

12.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Devido ao porte do município de Nova Olímpia, não há demanda que justifique a instalação de uma entidade de Ensino Superior, porém os esforços se concentram na oferta de transporte como forma de viabilizar o acesso a população interessada.

13. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

13.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 13 A Nacional	Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior
Indicador 13 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior} / \text{Total de docentes na Educação Superior}) \times 100$
Justificativa	Não se aplica ao município
Comentário	Não se aplica a municípios. O limitador é que o indicador só é possível ser replicado para municípios em que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal.

Indicador 13 B Nacional	Percentual de docentes com doutorado na educação superior
Indicador 13 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Docentes com doutorado na Educação Superior} / \text{Total de docentes na Educação Superior}) \times 100$
Justificativa	Não se aplica ao município
Comentário	Não se aplica a municípios. O limitador é que o indicador só é possível ser replicado para municípios em que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal

13.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
13.1) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.	Concluída	O município incentiva a população em geral a buscar a pós-graduação. Aos docentes é dado elevação no plano de carreira do magistério público municipal para quem obtiver o título em instituições reconhecidas pelo MEC.

13.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Apesar de não ter ensino superior, o município incentiva seus profissionais a buscarem programas de pós-graduação para elevar a qualidade dos profissionais que atuam nos diversos segmentos da cidade.

14. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

14.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 14 A Nacional	Número de títulos de mestrado concedidos por ano
Indicador 14 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Títulos de mestrado concedidos por ano no País
Justificativa	Não se aplica ao município
Comentário	Não se aplica a municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado apenas para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para municípios

Indicador 14 B Nacional	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.
Indicador 14 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Títulos de doutorado concedidos por ano no País.
Justificativa	Não se aplica ao município
Comentário	Não se aplica a municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado apenas para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para municípios

14.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)

	desenvolvimento ou não iniciada)	
14.1 Estimular, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.	Em andamento	Os profissionais do magistério tem evolução garantida em Plano de Cargos e Salários para Pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Ainda é preciso mais divulgação dos programas de pós-graduação oferecidos pelas universidades, principalmente as públicas.
14.2) Buscar através de Programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) adesão aos cursos de pós-graduação stricto sensu, visando à qualificação profissional e a melhoria da qualidade do ensino.	Em andamento	O município se mantém atento para a adesão aos programas de pós-graduação sempre que ofertados pelo FNDE.
14.3) Buscar adesão ao PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), junto a Secretaria de Estado da Educação, para que os profissionais do magistério municipal possam ingressar no curso de pós-graduação stricto sensu, visando à qualificação profissional e a melhoria da qualidade do ensino.	Em andamento	O município se mantém atento para a adesão ao PDE sempre que ofertados pelo Estado.

14.3 CONCLUSÃO E RECOMENDÇÕES

A Secretaria de Educação incentiva a participação de seus docentes em programas de mestrado a fim de elevar a qualidade no ensino de Nova Olímpia, divulgando os editais de mestrados acadêmicos e profissionais da região.

15. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da

	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
--	---

15.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 15 A Nacional	Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam
Indicador 15 A proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências da educação infantil) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Indicador 15 B Nacional	Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15 B proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	Quantidade de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências dos anos iniciais do ensino fundamental) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Indicador 15 C Nacional	Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15 C proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências dos anos finais do ensino fundamental) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Indicador 15 D Nacional	Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15 D proposto	Replicar o Nacional

Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências do ensino médio) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

15.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 15 A	33,3	38,1	29,4	37,5	60,0	65,7	61,1
Indicador 15 B	58,6	51,4	61,2	60,0	73,4	72,5	77,2
Indicador 15 C	56,3	76,0	83,3	80,9	64,7	83,0	77,9
Indicador 15 D	65,9	61,5	56,9	72,5	59,8	92,3	80,0

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

15.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
15.1) Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	Concluído	O município de Nova Olímpia oferta estágio supervisionado em várias áreas do Ensino Superior. Nas unidades escolares são contratados estagiários do curso de pedagogia e demais licenciaturas conforme demanda.
15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação da rede municipal de ensino de outros segmentos que não os do magistério.	Em andamento	Os cursos técnicos ofertados pelo município abrangem profissionais de várias áreas, menos do magistério, esses são motivados a buscarem a formação superior de licenciaturas, porém, devido a pequena demanda há pouco oferta de cursos técnicos.
15.3) Implantar política de formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino de outros segmentos que não os do magistério.	Concluído	É ofertado formação continuada para os profissionais da educação como merendeiras, serviços gerais, motoristas e secretário escolar.

154.4 Reformular o plano de carreira do magistério, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam e, garantir que o mesmo se aplique para os novos ingressos.	Em andamento	Apenas dois profissionais do magistério municipal, 1 que atua na Educação Infantil e outro no Ensino Fundamental I, não têm ensino superior.
---	--------------	--

15.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Segundo informações do departamento de Recursos Humanos do município e do Estado têm Ensino Superior:

Etapa de Ensino	Nº de professores	Professores com Ensino Superior
Educação Infantil	25	24
Ensino Fundamental I	26	25
Ensino Fundamental II	09	09
Ensino Médio	07	07

Com esses dados o município considera a meta cumprida.

16. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 16 A Nacional	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.
Indicador 16 A proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	$(\text{Professores com pós-graduação} / \text{Total de professores}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Indicador 16 B Nacional	Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada
Indicador 16 B proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	$(\text{Professores com formação continuada} / \text{Total de professores}) \times 100$
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

16.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador 16 A	87,9	71,6	70,7	64,7	79,5	84,1	88,6
Indicador 16 B	77,6	71,6	72,4	70,6	80,8	79,3	80,8

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

16.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Municípios.	Concluída	No planejamento da Secretaria de Educação é previsto formação continuada a todos os profissionais do magistério público municipal e a busca por parcerias com as instituições de ensino superior para ofertar cursos, palestra, seminários, que agreguem a formação dos profissionais e aproximem a universidade da escola.
16.2 Consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.	Concluída	O município tem adotado e participado de todas as formações ofertados pelo Estado e União para formação de professores da educação básica, a exemplo das formações para implantação da BNCC, entre outras.
16.3 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em	Em andamento	Os programas de composição de acervo de obras didáticas são de responsabilidade do Governo Federal, porém cabe ao município oportunizar o acesso aos seus professores e com esses acervos atualizar seu currículo e plano de ensino.

Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.		
16.4 Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.	Em andamento	Os professores têm internet disponível no momento de hora atividade como forma de ampliar as possibilidades de pesquisa. O município não possui um portal eletrônico próprio, mas disponibiliza mecanismos de acesso aos portais do Governo Estadual e Federal.
16.5 Buscar a adesão de programas e cursos de pós-graduação gratuitos para os profissionais da educação básica.	Em andamento	O município divulga os cursos de pós-graduação gratuitos aos seus professores, a exemplo do PROFEI, e incentiva a participação dos professores.
16.6 Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.	Em andamento	Sempre que disponível o município faz a adesão aos programas disponíveis e incentiva seus professores a acessar as plataformas a fim de ampliar o acesso a bens culturais pelo magistério público.
16.7 Estabelecer convênios e parcerias com as instituições públicas e privadas de nível superior, para a oferta de cursos de pós-graduação em nível de Especialização nas áreas de interesse dos profissionais da educação básica, estimulando a pesquisa em educação como centro irradiador da formação profissional em educação para todos os níveis e modalidades de ensino.	Em andamento	Atualmente não há convênio estabelecido para desconto com as universidades próximas de Nova Olímpia, porém essa é uma meta da administração Pública para melhorar a qualidade técnica de seus servidores.
16.8 – Oferecer cursos de capacitação para os profissionais de apoio escolar – serviços gerais, merendeiras, motoristas e secretários de instituições de ensino – concomitantemente ao incentivo e apoio para participar nos cursos técnicos e superiores nas áreas de atuação.	Em andamento	É oferecido cursos aos profissionais de apoio a exemplo das merendeiras e motoristas do transporte escolar. Ainda é preciso organizar uma periodicidade desses cursos.
16.9 – Incentivar a participação dos profissionais de apoio escolar de nível superior – Psicólogo, Fonoaudiólogo,	Concluído	A Secretaria de Educação conta com profissionais de psicologia e fonoaudiologia com atendimento aos estudantes, os demais profissionais são lotados na saúde e fazem o atendimento dos estudantes quando encaminhado.

Fisioterapeuta, Psicopedagogo – em cursos de capacitação e aperfeiçoamento		(

16.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Conforme informações do departamento de Recursos Humanos do município e do estado (tabela), dos 67 professores que atuam na Educação Básica do município apenas 8 não são portadores de certificado de Pós-graduação. Um número pequeno que vêm sendo motivado a buscar formação nessa etapa do ensino superior e com isso melhorar a qualidade do ensino por meio da formação de seus professores.

Etapa de Ensino	Nº de professores	Professores com Pós-graduação
Educação Infantil	25	18
Ensino Fundamental I	26	25
Ensino Fundamental II	09	09
Ensino Médio	07	07

17. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

17.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 17 A Nacional	Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo
Indicador 17 proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível superior completo} / \text{Rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados com nível superior completo}) \times 100$
Justificativa	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) doze anos de escolaridade (conforme sugere a Nota Técnica da Meta), equivale a possuir ensino médio completo,

entende-se que para ser professor seria necessário possuir ensino superior; C) assumindo a perspectiva do ensino superior, para o denominador haveria duas opções: pessoa com ensino superior atuando em qualquer atividade e pessoa com ensino superior atuando em atividade de nível superior; como é o caso dos professores (essa escolha altera substantivamente o resultado para a esfera estadual); D) tentou-se utilizar a RAIS como alternativa, no entanto todos os professores estaduais encontram-se registrados na capital do estado (Curitiba) e consta na base de dados 94 municípios sem registros para professores na rede municipal

17.2 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira.	Concluído	Todos os professores do município recebem o piso nacional do magistério e têm progressão na carreira conforme plano de carreira.

17.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Com o plano de carreira do magistério os professores têm garantia do piso nacional do magistério e progressão na carreira durante sua atuação no município.

18. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como

	referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
--	---

18.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 18 A Nacional	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais do magistério
Indicador 18 A proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Unidades federativas com PCR vigentes} / \text{Total de unidades federativas}) \times 100$
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 B Nacional	Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos
Indicador 18 B proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos} / \text{Total de unidades federativas}) \times 100$
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 C Nacional	Percentual da Unidade Federativa que atendem ao PSNP
Indicador 18 C proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{Unidade Federativa que atendem ao PSNP} / \text{Total de unidades federativas}) \times 100$
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18 D Nacional	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.
Indicador 18 D proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	$(\text{unidades federativas com PCR vigentes para profissionais da educação que não integram o magistério} / \text{total de unidades federativas}) \times 100$
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicador 18 E Nacional	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério.
-------------------------	---

Indicador 18 E proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	Municípios com PCR vigentes / Total de municípios) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2014 -2018

Dados / indicadores: Indicador 18E		
Ano	2014	2018
Indicador	Sim	Sim
Fonte: IBGE - MUNIC		

Indicador 18 F Nacional	Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.
Indicador 18 F proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para a atividade de interação com os educandos / Total e municípios) x 100.
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE – 2018.

Dados / indicadores: Indicador 18F	
Ano	2018
Indicador	sim
Fonte: IBGE - MUNIC	

Indicador 18 G Nacional	Percentual de municípios que atendem ao PSNP
Indicador 18 G proposto	Municípios com PSNP definido em lei municipal
Conceitos e definições	Verifica se o Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei municipal.
Fórmula de cálculo	Não se aplica
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município

Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	Variáveis	Fontes	Instituições
	MEDU20	MUNIC – Pesquisa de informações Básicas Municipais.	IBGE
Níveis de desagregação	Municípios		
Periodicidade de atualização	Indeterminada		
Desvantagens	Não permite verificar se os valores do PSNP estão sendo efetivamente pagos		
Vantagens	Proporciona acompanhar a existência de Lei Municipal		

Dados / indicadores: Indicador 18G	
Ano	2018
Indicador	Sim
Fonte: IBGE - MUNIC	

Indicador 18 H Nacional	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério		
Indicador 18 H proposto	Municípios com PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério		
Conceitos e definições	Verifica existência de Plano de Carreira vigente para os profissionais da educação não docentes		
Fórmula de cálculo	Não se aplica		
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município		
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	Variáveis	Fontes	Instituições
	MEDU21	MUNIC – Pesquisa de informações Básicas Municipais.	IBGE

Níveis de desagregação	Municípios
Periodicidade de atualização	Indeterminada
Vantagens	Proporciona acompanhar a existência de Lei Municipal
Comentários	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / indicadores: Indicador 18H	
Ano	2018
Indicador	Não
Fonte: IBGE – MUNIC	

18.1 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
18.1 Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Concluída	Os percentuais indicados na estratégia são devidamente cumpridos pelo município.
18.2 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a)	Concluído	É aplicado avaliação para efetivação após estágio probatório e ofertado formação continuada nesse período.

professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;		
18.3 – Assegurar que os profissionais do magistério poderão, no interesse do ensino e sem prejuízo do mesmo, licenciar-se do cargo efetivo, com o respectivo vencimento e vantagens de caráter permanente, para participar de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, observando-se sempre o interesse do ensino da rede municipal, conforme legislação vigente.	Concluído	A licença para estudo está garantida na Lei do Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal.
18.4 Assegurar, na rede municipal de ensino, a existência de Comissão Permanente de profissionais da educação, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional.	Concluído	A comissão permanente de profissionais da educação está devidamente constituída.
18.5 Realizar periodicamente atualização e adequação do plano de carreira dos profissionais do magistério, possibilitando avanços na execução do plano e melhores condições de trabalho dos profissionais.	Concluída	O plano de carreira dos profissionais do magistério é revisado sempre que necessário.
18.6 Promover para os profissionais do magistério e profissionais de apoio escolar o incentivo à participação em cursos de formação em nível técnico ou superior, bem como à formação continuada.	Concluída	Os profissionais do magistério e profissionais de apoio escolar são inseridos em todas as formações ofertadas pela Secretaria de Educação, também, motivados a buscar formação complementar.

18.2 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública está devidamente constituído e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, com previsão de avanço na carreira por vários critérios como tempo de exercício na função e formação continuada.

19 COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicadores 19ª Nacional	Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.
Indicadores 19ª Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Quantidade de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar / Quantidade total de escolas públicas) x 100
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / indicadores: Indicador 19ª	
Ano	2020
Indicador	0,0%
Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica	

Indicadores 19B Nacional	Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas brasileiras.
Indicadores 19B Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas de educação básica / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) nas escolas públicas de educação básica) x 100
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / indicadores: Indicador 19B	
Ano	2020
Indicador	66,7%
Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica	

Indicadores 19C Nacional	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.
Indicadores 19C Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nas unidades federativas / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas) x 100
Justificativa	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicadores 19D Nacional	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas.
Indicadores 19D Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas) x 100.
Justificativa	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicadores 19E Nacional	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos municípios.
Indicadores 19E Proposto	Replicar o Nacional

Fórmula de cálculo	(Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes no município / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios) x 100.
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / indicadores: Indicador 19E	
Ano	2018
Indicador	50,0%
Fonte: IBGE – MUNIC	

Indicadores 19F Nacional	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios.
Indicadores 19F Proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios) x 100.
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / indicadores: Indicador 19F	
Ano	2018
Indicador	66,7 %
Fonte: IBGE – MUNIC	

19.2 COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	Concurso	Livre nomeação	indicação	Eleição	Processo seletivo	Outra forma
Indicador 2014	Não	-----	Não	Sim	-----	Não
Indicador 2018	Não	sim	sim	Sim	não	Não

Fonte: IBGE – MUNIC

19.3 COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
19.1) Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME.	Concluída	Os fóruns e as audiências públicas são realizados anualmente para acompanhar o desenvolvimento do PME.
19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Em andamento	Os conselhos municipais recebem o apoio da Secretaria de Educação com espaço para reuniões, acompanhamento da secretaria e formação quando ofertada pelo Governo Federal.
19.3) Fortalecer as associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações	Concluída	As associações de pais estão devidamente constituída e atuante, recebem apoio da Secretaria de Educação e das unidades escolares para que funcionem de forma satisfatória.
19.4) Constituir conselhos escolares na rede municipal de ensino e fortalecer o Conselho Municipal de Educação,	Concluída	Todas as unidades escolares têm seus conselhos escolares em funcionamento e articulados ao conselho municipal de educação.

visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.		
19.5) Estimular, na rede municipal de ensino, a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.	Concluída	Os projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares são produzidos de forma democrática com a participação dos profissionais da educação.
19.6) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de ensino	Concluída	As unidades educacionais têm autonomia para administrar seus recursos, com garantia que esses sejam empregados de forma correta a atender as necessidades indicadas pelos profissionais da educação e estudantes.
19.7) Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções.	Em andamento	Os cursos de formação para os gestores escolares acontecem de forma esporádica, ainda é preciso buscar mecanismos para sistematizar e garantir a periodicidade das formações.

19.4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Essa é uma meta importante pois, garante a gestão democrática da educação. atualmente a escolha de diretores das unidades educacionais municipais, ainda, acontece por indicação do executivo. As unidades educacionais do estado (Fundamental II e Médio) é por eleição. Todas as escolas possuem conselho escolar e associação de pais e mestres. O município tem Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar, que atuam de forma autônoma.

20 COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio

20.1 FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 20 A Nacional	Gasto público em educação pública em proporção ao PIB
-------------------------	---

Indicador 20 A `Proposto	Percentual de despesa orçamentária pública municipal em educação em relação ao produto interno bruto (PIB) municipal (a preços correntes).									
Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no PIB municipal.									
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Produto interno bruto) X 100									
Unidade de medida	%despesas/PIB .									
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Variáveis</th> <th>Fontes</th> <th>instituições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Produto Interno Bruto a Preços Correntes</td> <td>Base de dados do Estado</td> <td>IPARDES</td> </tr> <tr> <td>Despesas por Função-Educação</td> <td>Base de dados do Estado</td> <td>IPARDES</td> </tr> </tbody> </table>	Variáveis	Fontes	instituições	Produto Interno Bruto a Preços Correntes	Base de dados do Estado	IPARDES	Despesas por Função-Educação	Base de dados do Estado	IPARDES
Variáveis	Fontes	instituições								
Produto Interno Bruto a Preços Correntes	Base de dados do Estado	IPARDES								
Despesas por Função-Educação	Base de dados do Estado	IPARDES								
Níveis de desagregação	Estado e municípios.									
Periodicidade de atualização	Anual									
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo INEP, devido à dificuldade de localização de dados referente a recursos federais e estaduais, das diferentes fontes e transferências, de forma a não contabilizar de forma duplicada no município. Assim não contempla a totalidade dos recursos públicos investidos em educação; b) Abarca os gastos públicos municipais em educação privada, via convênios, acordos de cooperação técnica, atendimento indireto, etc.									
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho das despesas municipais públicas.									

Meta	Texto da meta
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio

Indicador 20 B Nacional	Gasto público em proporção ao PIB
Indicador 20 B `Proposto	Percentual da despesa liquidada em educação no orçamento liquidado total.
Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no orçamento público municipal.

Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Orçamento público municipal) X 100									
Unidade de medida	% de despesas									
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Variáveis</th> <th>Fontes</th> <th>instituições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas Totais</td> <td>Base de dados do Estado</td> <td>IPARDES</td> </tr> <tr> <td>Despesas por Função-Educação</td> <td>Base de dados do Estado</td> <td>IPARDES</td> </tr> </tbody> </table>	Variáveis	Fontes	instituições	Despesas Totais	Base de dados do Estado	IPARDES	Despesas por Função-Educação	Base de dados do Estado	IPARDES
Variáveis	Fontes	instituições								
Despesas Totais	Base de dados do Estado	IPARDES								
Despesas por Função-Educação	Base de dados do Estado	IPARDES								
Níveis de desagregação	Estado e municípios.									
Periodicidade de atualização	Anual									
Desvantagens	Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo INEP, devido a dificuldade de localização de dados referente a recursos federais e estaduais, das diferentes fontes e transferências, de forma a não contabilizar de forma duplicada no município. Assim não contempla a totalidade dos recursos públicos investidos em educação									
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho das despesas municipais públicas.									

20.2 DADOS / INDICADORES: INDICADOR 20

ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indicador	15,7%	23,4%	24,3%	21,8%	18,5%	22,9%

Fonte: IPARDES - Base de Dados do Estado

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (concluída, em desenvolvimento ou não iniciada)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)

20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais	Concluída	O município adota o portal da transparência e um site que fornece todos os dados para que qualquer cidadão possa acompanhar a gestão pública municipal.
20.2) Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos.	Concluída	Essa é uma estratégia que cabe a União, o município garante o cumprimento do investimento mínimo obrigatório com complementação de recursos próprios.
20.3) Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.	Concluída	Todos os dados da gestão de educação estão no portal do município e são disponibilizadas aos conselhos para acompanhamento.
20.4) Implementar o custo aluno qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor.	Em andamento	Essa é uma meta do Governo Federal, o município faz a gestão dos recursos e busca garantir a permanência do estudante nas escolas.
20.5) Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, a partir da sua vigência.	Concluída	O município cumpre toda legislação imposta para uma gestão transparente e de qualidade na educação.
20.6) Construir e equipar biblioteca pública municipal, em parceria com o governo federal, visando a melhoria da qualidade na educação do Município.	Em andamento	As unidades educacionais mantêm suas bibliotecas atualizadas e busca parcerias dos governos Estadual e Federal para melhoria contínua de seus espaços e acervos.

20.3 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A meta 20 é a mais importante de todo o plano, pois sem ela as demais ficam inviáveis. Boa parte cabe a União como ente que regulamenta as políticas de financiamento da educação pública, cabe aos municípios cumprir o preconizado nas legislações e complementar com recursos próprios a fim de garantir a qualidade da educação pública municipal.